

ABORDAGEM DO LUGAR NO PLANEJAMENTO URBANO

Eduardo Marandola Jr.

Geógrafo, Doutor em Geografia pela Unicamp

Pesquisador colaborador do Núcleo de Estudos de População da Unicamp

Leonardo Freire de Mello

Doutor em Demografia pela Unicamp

Professor da Universidade do Vale do Paraíba

A guinada espacial nas Ciências Sociais

Os questionamentos oriundos da crítica dos teóricos da Sociedade de Risco, principalmente Ulrich Beck e Anthony Giddens, têm nos levado à reflexão sobre as limitações do conhecimento científico em produzir certezas ou mesmo um postulado ético universal (BECK, 1992, 1999; GIDDENS, 1991, 2002; BECK, GIDDENS e LASH, 1997). Antes deles, a Física, a Química e a Biologia já haviam trazido questionamentos a respeito do conhecimento do mundo físico, micro e macro, que nos produziram mais dúvidas do que certezas sobre os processos interativos de ordem, desordem e organização (PRIGOGINE, 1996; HAWKING, 1988; MORIN, 2002; SANTOS, 1998).

A ciência geográfica é uma das que, tendo uma interface ampla e transcendendo as ciências sociais ou naturais, experimenta as duas faces deste processo simultaneamente. Tanto vê seu núcleo duro ser questionado e posto à prova, quanto vive a efervescência oriunda destes questionamentos e da busca de novas abordagens em sua fronteira, onde encontra, dialoga e interage com outras ciências.

No momento atual, o processo tem sido marcado pela guinada espacial que as ciências sociais têm vivido há, pelo menos, 20 anos. Desde autores como Michel Foucault, Anthony Giddens e Michel de Certeau, na Sociologia, passando pelos inúmeros antropólogos e etnólogos que têm no espaço elemento funda-

mental de seus estudos, até o interesse mais recente pela análise espacial, principalmente a partir de técnicas de sensoriamento remoto e geoprocessamento, o espaço tem sido incorporado aos estudos sociais em geral, de diferentes maneiras e intensidades. (SOJA, 1993, 1996; HARVEY, 1992; MASSEY, 2005)

Esta inserção se dá tanto pelo conceito de espaço, em si, quanto por outros como território (territorialização, des-territorialização, territorialidade), região (regionalismos, desenvolvimento regional), paisagem (valorização da paisagem, turismo e ecoturismo) e, por último, lugar (relações de pertencimento, culturas urbanas, não-lugares). Esta gama de processos tem recebido diferentes tratamentos pelas ciências e pela própria Geografia, encontrando mais ou menos embasamento conceitual em categorias e conceitos eminentemente geográficos. Todavia, lugar é, destes conceitos, o que aparece com menos frequência. Por que?

Poderíamos tecer várias hipóteses para explicar o fato. Primeiramente, de todas as categorias espaciais, o lugar é a de menor amplitude territorial (embora seja extremamente fluído), sendo difícil delimitá-lo e mensurá-lo. Ele também se encontra significativamente muito mais atrelado à afetividade e à experiência do que as demais categorias, possuindo um componente qualitativo fundamental que se mostra mais relevante do que seus atributos objetivos. Por fim, seu viés político é menos significativo do que nas leituras possíveis sobre o planejamento e a participação feitas a partir das demais categorias mencionadas.

Contudo, é justamente este caráter “menos político” que pode revelar a riqueza do lugar como conceito e categoria de análise para pensar o planejamento e, sobretudo, a participação. Carregado de humanismo e de afetividade, o lugar pode contribuir com estas discussões ao incorporar uma face quase sempre pouco acessível às abordagens que priorizam a justiça social e a transformação da realidade. Pode enriquecer estes enfoques e mostrar a “outra face da moeda”: a dimensão vivida.

Esta confluência mostra-se fundamental quando observamos que os muitos esforços de promoção de um planejamento participativo têm tido pouco sucesso.

Nas grandes metrópoles latinoamericanas, por exemplo, o quadro que se desenha é pouco promissor no que tange à qualidade e às condições de vida das pessoas, num processo contínuo de desinteresse e desmobilização da população em relação à cidade. As metrópoles (e também muitas cidades médias) têm se tornado, em muitos casos, “terra de ninguém”, onde a vivência da violência, da privação, do descompromisso e do abandono têm se tornado quase que a regra, e não a exceção.

Assim, a participação das pessoas não apenas no planejamento, mas sobretudo nos processos de tomada de decisão em todos os campos da vida social mostra-se essencial para que este processo de abandono do espaço público e da cidade não se complete.

Em vista disso, o objetivo deste texto é discutir o lugar do lugar no planejamento urbano, enfocando seu potencial enquanto categoria analítica que possibilita avançar na construção de um vivência urbana participativa, por permitir, do ponto de vista epistemológico e metodológico, dar voz àqueles excluídos no sistema urbano, as minorias marginalizadas e aqueles que não no modelo tradicional de gestão ficam de fora dos processos de tomada de decisão.

O argumento passa por uma discussão sobre os aspectos teóricos que o conceito traz para a compreensão das territorialidades urbanas, os

processos identitários e de construção de escalas e esferas de comprometimento e envolvimento, bases para a politização do espaço e o implemento de uma gestão participativa da cidade. Estes processos se manifestam com maior intensidade nos espaços metropolitanos, onde a hiper mobilidade e a fragmentação do tecido urbano repercutem de maneira intensa na desagregação da sociabilidade e dos recursos espaciais, sociais e culturais.

Identidade e Autenticidade, Proteção e Compromisso

O lugar está atrelado, na história do pensamento geográfico, principalmente a duas tradições: a geografia ideográfica de Hartshorne, num primeiro momento, e à Geografia Humanista, algumas décadas depois. Controvertida e, em muitos sentidos, pouco entendida, a geografia como diferenciação de áreas de Hartshorne foi pouco continuada após a segunda metade do século, apesar de ter produzido intensos debates e frutos variados. No entanto, no que tange ao uso e à importância da categoria e do conceito de lugar, o grande mérito pela sua promoção é da Geografia Humanista.

Historicamente, podemos localizar a década de 1970 como o momento do resgate do conceito. Na verdade, a nova ênfase no lugar se confunde com a efervescência humanista, principalmente através do resgate da base fenomenológica na pesquisa geográfica. O lugar torna-se, junto com a paisagem, o conceito-chave da renovação da Geografia Humanista e, posteriormente, da Geografia Cultural também.¹

Entre as diversas obras que marcaram este processo, a tese de doutorado de Edward Relph, publicada como livro em 1976 na Inglaterra, merece destaque. *Place and placelessness* é fundamental não apenas para esta nova leitura do lugar a partir da fenomenologia, mas, também, para as leituras contemporâneas do próprio processo de produção de imagens, representações e renovações urbanas (RELPH, 1976).

Outras obras são igualmente fundamentais,

1. Para uma avaliação mais ampla e cuidadosa da evolução e significados do lugar em Geografia, ver Holzer (1997, 1999 e 2006).

como Topophilia: a study of environmental perception, attitudes, and values e Space and Place: the perspective of experience, de Yi-Fu Tuan, de 1974 e 1977, respectivamente, que acrescentam à concepção de Relph elementos da psicanálise conectados aos da fenomenologia e da percepção, gerados a partir de uma percepção menos amarrada a um universo empírico específico e, conseqüentemente, mais essencial (TUAN, 1974, 1977).

Uma terceira autora que desempenha papel crucial nestes avanços teóricos e que busca fundamentação na fenomenologia-existencialista, é Anne Buttimer. Em Values in Geography, de 1974, a autora aprofunda a fundamentação filosófica no estudo dos valores em Geografia, existentes e necessários, passando pelo papel central do lugar (através do habitar em Heidegger) no dinamismo do mundo vivido. Sua contribuição mais importante encontra-se no livro The human experience of space and place, editado junto com David Seamon, onde Buttimer apresenta um texto fundamental nesta trajetória: “Home, reach, and the sense of place”, no qual avança conceitualmente em relação à tese de Relph, incorporando elementos de Bachelard e de sua poética do espaço (BUTTIMER, 1974, 1976, 1980).

Nas duas últimas décadas ocorreram inúmeros outros desenvolvimentos, destacando-se as incursões entre humanismo e democracia feitas por J. Nicholas Entrikin, em The betweenness of places: towards a geography of modernity (ENTRIKIN, 1991); o diálogo da leitura marxista com postulados humanistas apresentado por David Harvey em Justice, Nature, and the Geography of Difference (HARVEY, 1996); e as reflexões do filósofo Edward W. Casey, como em The fate of place: a philosophical history e Getting back into place: toward a renewed understanding of the place-world, que se tem ocupado em pensar o lugar e a existência como essencialmente ligados na relação do eu no mundo (CASEY, 1993; 1997).

Além destas novas idéias, os pioneiros também continuam a contribuir, avançando em relação às suas considerações seminais, principalmente incorporando os elementos de um mundo que muda diariamente (RELPH, 1996;

TUAN, 1982; 1998; BUTTIMER, 1992).

Mas o que podemos apreender da leitura destes pensadores sobre o lugar e que nos instiga a repensar o planejamento e a participação?

Para começar, podemos discutir o próprio sentido do lugar. Uma leitura geral destes autores nos conduz a um entendimento fenomenológico do lugar, enquanto categoria de análise geográfica. Compondo a partir das diferentes contribuições, teremos uma definição mais ou menos complexa e abrangente, passando a entender o lugar como a menor célula espacial, na escala do corpo, que se relaciona com a casa, o confinamento, a proteção e a identidade.

O lugar é definido de forma fluída, na dimensão da experiência e perpassa as escalas individual e coletiva, nas suas diversas esferas, consubstanciando também as escalas espaciais de ocorrência dos fenômenos físicos, sociais e identitários. O lugar é, portanto, “centro da afetividade e da razão sensível”, constituindo-se no foco da experiência humana (FERREIRA e MARANDOLA JR., 2003:132).

No entanto, o lugar também possui uma dimensão coletiva, que diz respeito às relações históricas que a comunidade estabelece e demarca no espaço. Assim, monumentos, ruas, edifícios, parques, rios, árvores, florestas, bancos de praça, um mastro ou mesmo uma paisagem podem constituir-se lugares, relacionados à historicidade, à memória e à identidade de certo grupo. As experiências históricas são assim compartilhadas, tanto pela religiosidade ou mística do lugar, quanto pelos fatos vinculados ou impressos naquela paisagem ou ambiente. É o que Jöel Bonnameison chamou de geossímbolos (BONNAMEISON, 2002).

Esta cumplicidade entre o eu e o mundo foi expressa por Eric Dardel pela sua geograficidade, seja ela estabelecida entre a comunidade e o lugar, seja entre o indivíduo e o seu meio. (DARDEL, 1952). Mais tarde, Tuan, com base em Bachelard, irá desenvolver, claramente influenciado por Dardel, a conhecida noção de topofilia, que expressa os laços afetivos e de

envolvimento do homem com o ambiente, constituindo-se, a partir deste envolvimento, o lugar (TUAN, 1961; 1974).

No entanto, este entendimento do lugar não o limita a uma dimensão existencial ou afetiva. A ênfase nesta dimensão torna-se fundamental no contexto científico de então, onde o positivismo e o cientificismo haviam retirado qualquer possibilidade de considerar tais fenômenos essencialmente humanos na investigação geográfica. As demais dimensões da vida humana também tinham seu lugar, principalmente a partir da noção de mundo vivido, trazida por BUTTIMER (1976) da fenomenologia de Husserl:

The place-environment component of the lifeworld may be equal in value to the social, economic, and psychological dimensions that have received more academic attention in the last several decades. In short, one can again say without embarrassment that people are as much geographical beings as they are social, cultural, or economic. (SE-AMON, 1980:194 – grifo do autor)

Ênfase maior a outros aspectos da relação do homem com seu ambiente também será dada na obra de RELPH (1976) e na sua conceituação dos *placeless* e *placelessness*². O autor complexifica a discussão sobre o lugar, pensando medidas diferenciadas de relacionamento com eles (posições em relação ao lugar) e na sua própria constituição. Para isso ele diferencia lugares de *placelessness* a partir dos conceitos filosóficos de autenticidade e inautenticidade.

Para compreender a autenticidade dos lugares, Relph prioriza a produção do espaço, principalmente através da ação do poder público, que cria e produz lugares. Estes, quando representam uma descontinuidade em relação à historicidade da comunidade, rompem com a relação orgânica de produção da cidade e de construção de lugares, passando a constituir, para o autor, uma atitude inautêntica, manifesta pela ruptura e pela não preocupação com o sentido do lugar.

Dessa maneira, em processos de renovação urbana ou mesmo de construção de monumentos e outros espaços públicos, muitas vezes ocorre o que o autor chama de *placeless*, que indica esta não relação das pessoas, da comunidade ou da cidade com aquele lugar, ou seja, a relação inautêntica. Este seria, portanto, um *placelessness*.

Inauthentic attitudes to place may be unselfconscious, stemming from an uncritical acceptance of mass values; or they may be self conscious and based on a formal espousal of objectivist techniques aimed at achieving efficiency. The former are discussed here in the context of 'kitsch', particularly as it is displayed in attitudes towards 'home' and the attitudes of tourists; the latter are considered with reference to technique in planning. (RELPH, 1976:82)

Esta oposição entre o *kitsch* e a casa, juntamente com a homogeneização da cultura de massa e do processo de planejamento padronizador, estão na base do processo de *placeless*, que traria como resultado a não identificação das pessoas com o lugar, gerando o descompromisso e colocando em risco a identidade.

BUTTIMER (1980) irá avançar em relação à questão da inautenticidade, abordando o sentido do lugar a partir de duas posições distintas em relação a ele: a do *insider* e a do *outsider*. A primeira é a do residente, daquele que experiencia o lugar. A segunda refere-se ao observador, àquele que não tem a vivência do lugar. A expressão dos diferentes pontos de vista entre eles se dá através da descrição substantiva do lugar feita pelo *outsider* e pela busca do significado do lugar pela vivência cotidiana do *insider*. Esta diferenciação é importante por aumentar a trama de relações que definem o desenho dos lugares, para além da experiência subjetiva.

Para articular estas duas posições, Buttimer desenvolve dois conceitos: *lar* (*home*) e horizontes de alcance (*horizons of reach*). Ela sugere, com eles, que pensemos as formas de

2. Não existe uma palavra correspondente para *placeless* ou *placelessness* em português. O segundo é o negativo do lugar, ou seja, que não corresponde à experiência da historicidade e geograficidade na sua delimitação, possuindo elementos inautênticos. O primeiro é o processo ou a característica que marca a formação deste *placelessness*. Autores brasileiros têm utilizado pelo menos duas opções de tradução: “deslugar” e “não-lugar”. O primeiro termo é excessivamente vago para a sua adoção. Por sua vez, o segundo, além de não corresponder exatamente ao significado da palavra, remete ao conhecido conceito *non-place*, do antropólogo Marc Augé, cujo significado está muito marginalmente relacionado ao *placelessness*. (AUGÉ, 1994) Em vista disso, preferimos manter os termos em sua forma original.

vida a partir de dois movimentos recíprocos, que necessitam um do outro. “The lived reciprocity of rest and movement, territory and region, security and adventure, housekeeping and husbandry, community building and social organization – these experiences may be universal among the inhabitants of Planet Earth.” (BUTTIMER, 1980:170)

Estes horizontes de alcance permitem, assim, pensar a experiência dos lugares vinculada às diferentes ordens de grandeza em que a pessoa está envolvida, onde ela vive e conhece. Este horizonte vai desde o mais imediato a partir da casa, passando pela comunidade, pelo bairro, cidade, região, país, cultura, etnia até o globo como um todo. Nem todos vivem os mesmos horizontes de alcance. Alguns têm perspectivas mais limitadas, outros mais abrangentes. Levar em conta esta abrangência e este alcance é fundamental para compreender a experiência e o compromisso das pessoas com os lugares.

A maior contribuição da autora em relação a Relph, segundo Luis F. Ferreira, é o desenvolvimento de nuances entre lugar e placelessness. “A riqueza dos conceitos de lar e de alcance permitirá uma abordagem nova e singular da relação entre o ser humano e seu ambiente e uma separação mais fluida entre insider e outsider.” (FERREIRA, 2002:59)

De fato, ela chama atenção que o outsider pode considerar inautêntico lugares com os quais insiders mantêm relações orgânicas, dotando-os de densidade e, até mesmo, de afetividade. No entanto, Buttimer concorda que a cidade contemporânea “[...] reduziu as perspectivas de lar e alcance dos habitantes que se adaptaram à deslugaridade [placeless].” O resultado é a negação da nossa responsabilidade com nosso lugar, o que nos leva a adotar “[...] uma atitude de sobrevivência individual pensando somente em nosso horizonte de alcance social.” (FERREIRA, 2002:59)

Esta “deslugaridade” e a dissociação entre insider e outsider atingirão diretamente a participação, provocando uma erosão política do comprometimento, tornando as esferas coleti-

vas de proteção cada vez menores. Às vezes até mesmo menores do que a família.

No placelessness não há identidade ou identificação das pessoas e da comunidade com o lugar. A identidade assume assim um alcance geográfico especial, servindo de medida conceitual do “sentido de lugar”, conforme mostra Mathias Le Bossé. Por que? “Porque participa inteiramente da vida dos indivíduos e dos grupos, o lugar influencia, até mesmo constrói, tanto subjetivamente como objetivamente, identidades culturais e sociais.” (LE BOSSÉ, 2004:166) Esta vinculação se dá no plano fenomenológico e ontológico, a partir da experiência, vivida através da historicidade e da geograficidade. O lugar torna-se, para o autor, foco de identidade.

Estas reflexões nos conduzem, portanto, para possíveis mudanças para além do campo subjetivo, conforme David Seamon registra sobre o estudo de Buttimer:

If this dramatic change in life-style should occur, geographic research founded in openness, lifeworlds and understanding might not only provide a planning and policy function, but also work to renew people's awareness of their inescapable links with geographical environment, space and place. (SEAMON, 1980:195)

Neste aspecto, a reflexão sobre lugar nos leva diretamente a pensar o envolvimento das pessoas com o seu ambiente e com a esfera social mais imediata, a comunidade, principalmente nas grandes cidades. Ter uma relação afetiva e de cumplicidade com determinada porção do espaço, tornando-a seu lugar para além da própria casa, indica um comprometimento e uma ação, que estarão ancoradas na identidade e na participação social. Participação e comprometimento são, portanto, antíteses do placelessness, conforme mostra James Lemon, escrevendo sobre The urban community movement: “Placelessness, a sense of separateness from the landscape, implies a separation from community. One could go further to say that the current concern over landscape esthetics itself represents a separation from communi-

ty, a romantic reaction to big-city life.” (LEMON, 1978:321 – grifo do autor)

Ao mesmo tempo, o lugar precisa de uma comunidade para se firmar, para se estabelecer e tornar-se foco de ação e participação. Sem este envolvimento (que tem sua raiz na afetividade e na topofilia), não há nem mesmo comunidade. “Place cannot be conceived without community. But turning it around, many who talk of community without an awareness of place and the landscape of place are equally vulnerable because community can exist only when grounded in place.” (LEMON, 1978:321)

O placelessness tem, portanto, grandes consequências: afeta a organicidade, a identidade e o bem-estar da população, permite a produção e reprodução da cidade à revelia do grande capital, descaracteriza as cidades e dota-as de lugares inautênticos e, conseqüentemente, diminui a mobilização da população que, sem relação afetiva autêntica com estes espaços, não se sente ligada ou responsável por eles.

Neste sentido, o lar fica cada vez mais circunscrito e os laços comunitários e os horizontes de alcance diminuem, minimizando a participação e a mobilização política. A cidade corre o risco de se tornar, ela mesma, um grande placelessness.

Participação e Lugar

Apesar destas questões já estarem sendo apontadas por alguns que têm se dedicado à discussão do planejamento e da participação, elas ainda necessitam de maior debate e aprofundamento. Por outro lado, se elas têm sido mencionadas, ainda estão muito longe de fazer parte do pano de fundo analítico e metodológico das políticas públicas e dos mecanismos de tomada de decisão.

Na abordagem autonomista defendida por Marcelo L. de Souza, a partir de Castoriadis, por exemplo, o lugar e o território recebem atenção na proposição de um desenvolvimento socioespacial (SOUZA, 2002). Para o autor, é fundamental promover, no campo do planejamento, uma visão multidimensional e

multiescalar, que permita não apenas articular as escalas e níveis de poder e gestão, mas também os diferentes níveis escalares de análise e percepção dos problemas da cidade. Tanto no campo das necessidades, quanto na esteira das intervenções urbanas, as demandas da população podem diferir sensivelmente do que é captado por indicadores quantitativos ou estimados pelos planejadores. Ele aponta para a importância de ouvir efetivamente as demandas das pessoas, passando de uma pseudo-participação para uma participação autêntica, incorporando “[...] a experiência prática quotidiana e o ‘saber local’ dos cidadãos [...] ao desenho da intervenção planejadora.” (SOUZA, 2002:69)

Este entendimento é fundamental já que, na ausência de uma racionalidade prática universal, as interações sociais, as percepções e as atitudes diferem sensivelmente nos lugares e nas pessoas. A natureza das relações internas em uma comunidade – no sentido de uma coletividade que compartilha uma mesma localidade (DALBY e MACKENZIE, 1997; BAUMAN, 2003) –, as interações sociais e as raízes históricas, além da relação sociedade-natureza (tanto individual quanto coletiva) são elementos que mediam os macro-processos e que, portanto, contribuem para compor a experiência em cada lugar.

A escala também é um elemento fundamental. Não apenas porque o sistema de gestão pública está organizado em várias escalas de poder que se interpõem, mas, sobretudo, porque a identidade e o envolvimento das pessoas também está fundada em vários níveis escalares.

Por exemplo, no caso de instrumentos implementados no âmbito municipal e que visem à participação das pessoas, é importante ter em mente que nem todos terão a cidade como lugar. Para muitos, sua identidade territorial, sua comunidade, está no bairro ou no setor da cidade em que habitam (MELO e OLIVEIRA, 2004). Isto é ainda mais importante e significativo nas fragmentadas regiões metropolitanas contemporâneas.

Promover a participação, como no caso do

Orçamento Participativo ou outras estratégias correntes semelhantes, demanda uma organização ou setorização da cidade, para que se elejam unidades geográficas de deliberação e discussão. Contudo, se não se considerar o lugar e a identidade, não apenas esta representatividade fica comprometida, pois lhe falta legitimidade, como também a autenticidade (ou a falta dela) daquele recorte pode tornar todo o processo desprovido de participação, por ausência do sentido de pertença e de identidade das pessoas para com aquela territorialização (SOUZA, 2000; MELO e OLIVEIRA, 2004). Para isso, as informações com base territorial, podem ser instrumentos valiosos no processo de tomada de decisão participativo, podendo modificar o contexto geral do planejamento (MELLO, 2003).

Esta situação está associada muitas vezes à toponegligência, que substitui o sentimento de topofilia das pessoas pela cidade. Este processo, muito comum nas grandes metrópoles, está ligado ao esvaziamento do espaço público e ao processo de globalização que permite ligações transescalares muito mais intensas e significativas, como aquelas que ligam local-global de forma direta, sem seguir a ordem das escalas hierárquicas intermediárias. Assim, o lugar se resume, em muitos casos, à residência – o único ponto fixo da metrópole (ASCHER, 1998) –, enfraquecendo a idéia de bairro e de cidade, trazendo a energia de mobilização apenas para a esfera da residência, para o espaço privado.

Carlos Yory propõe que o sentido de topofilia seja requalificado para tornar-se instrumento de planejamento e participação da população:

[...] La Topofilia, tal y com ola entendemos, no ha buscado outra cosa que instrumentar a las comunidades para que desde las respectivas condiciones político-administrativas de las ciudades en que viven, y partiendo de sus específicas características psico-sociales, culturales, ambientales y económicas [...], estén en condiciones de enfrentar, ellas mismas, su problemática sentida, con el apoyo técnico y logístico que según el caso será de or-

den público, privado, o mixto. (YORY, 2001:131-132)

É necessário, segundo o autor, que a população se reaproprie do espaço físico e simbólico da cidade, estabelecendo compromissos e pactos sociais e individuais que permitam que o tecido socioespacial da cidade se reconstrua na direção da democracia participativa baseada na aproximação da governabilidade (Estado) e habitabilidade (sociedade); condições que as metrópoles atuais, especialmente as latino-americanas, não conseguem congrugar.

Para tanto, Yory lembra que é fundamental movimentar o próprio patrimônio cultural e ambiental das pessoas, em seus lugares, resgatando a memória urbana e refundando a relação delas com o lugar-cidade. Em outras palavras, poderíamos dizer que se trata de resgatar a autenticidade dos lugares, a partir da geograficidade vivida individual e coletivamente, reconstruindo identidades e restabelecendo um pacto democrático de vivência urbana, a partir do lugar, e não dos agentes hegemônicos de produção do espaço urbano.

Assim, é essencial incorporar o lugar enquanto categoria e conceito que não serve apenas à participação, mas também ao planejamento. As comunidades urbanas se unem em torno de ameaças, de preocupações comuns e de identidades histórico-geográficas construídas ao longo do tempo (DALBY e MACKENZIE, 1997), não sendo possível ignorar esta historicidade e esta geograficidade no planejamento de intervenções urbanas.

O lugar é o foco da identidade das pessoas no ambiente urbano, estando sua participação profundamente vinculada a esta identificação. Ouvir as vozes da comunidade é mais do que abrir uma ouvidoria ou dar assento em um conselho. Envolve, conforme THOMAS ET AL, (1996), a criação de esferas públicas paralelas, aumentando, assim, as possibilidades de empoderamento das pessoas e de suas manifestações autônomas, individual ou coletivamente, que lhes permitam se envolverem de forma mais intensa com as questões de sua localidade, de seu lugar e, também, com as

questões maiores que perpassam todo o município ou região.

Como já apontado, entretanto, estes desafios se mostram maiores nos espaços metropolitanos, onde a força do capital (de várias escalas) é mais intensa e resulta em transformações freqüentes que afetam diretamente a relação das pessoas com o lugar e a cidade. Por outro lado, é justamente nestes espaços cosmopolitas, onde a diversidade ainda prevalece apesar da segregação, que há maiores possibilidades de reversão da toponegligência e de reconstrução da participação nos processos de tomada de decisão e do planejamento urbano. A pergunta que, então, se coloca é: como fazer isso?

As transformações na metrópole: desafios ao planejamento

As novas formas metropolitanas e seus processos de transformação recente atingem de formas diretas e indiretas o estilo, a qualidade e as condições de vida das pessoas. Entre estas repercussões, a que produz maiores consequências diretas relaciona-se com o acentuado aumento dos deslocamentos espaciais diários e com a dissociação entre local de morar e local de trabalhar, configurando uma hipermobilidade (JARVIS, PRATT e CHENG-CHONG WU, 2001) vivida por uma parcela cada vez maior da população. Esta hipermobilidade aumenta o tempo gasto e o espaço percorrido diariamente por milhares de pessoas, com impactos diretos sobre a qualidade de vida e o bem-estar, sendo reflexo do próprio processo de compressão espaço-temporal e dos novos desenvolvimentos técnico-tecnológicos do mundo mundializado.

Esta hipermobilidade reflete diretamente no envolvimento e na participação. A partir da noção proposta por TUAN (1975) de que o lugar é a pausa no movimento (a proteção) e o espaço é a passagem, a vastidão (a liberdade, mas, também, o perigo), entendemos que esta mobilidade exacerbada joga o indivíduo metropolitano para fora do lugar, mantendo-o mais tempo dissociado do mundo do que atrelado a ele (MARANDOLA JR., 2005a). Embora ele esteja em seu espaço de vida, este

não deve ser entendido como homogêneo, possuindo gradações e pontos luminosos e opacos. Os lugares são iluminados, enquanto os itinerários são, em geral, embaçados e des-focados (MARANDOLA JR., 2005b, 2007).

Podemos dizer, portanto, que esta hipermobilidade característica da vida metropolitana atual, expõem as populações a riscos cada vez maiores (MELLO ET AL, 2004), na medida em que há o esgarçamento do espaço de vida, com as distâncias entre os lugares (trabalho, residência, lazer, serviços) ficam cada vez maiores, desagregando o tecido socioespacial.

Além disso, há várias formas de se relacionar com o lugar, como mostrou RELPH (1976), e é a partir destas nuances e vicissitudes que estaremos mais ou menos envolvidos com os lugares, e mais ou menos comprometidos com sua identidade e sua comunidade.

Infelizmente, esta dimensão cada vez maior do espaço de vida das pessoas não se reflete no aumento dos lugares nem na sua maior densidade. E isto se deve pela segunda característica da metrópole contemporânea que gostaríamos de discutir e que atinge de forma direta a relação das pessoas com o lugar, a fragmentação.

Ana Fani A. Carlos aponta alguns elementos desta fragmentação da vida metropolitana através das suas mutações no espaço e no tempo:

De um lado, o tempo perde substância. Com isso, a prática se torna fluida, sem aderência; o espaço, por sua vez, em sua constante mutação, marcado pela destruição constante dos referenciais da vida urbana, transforma-se em distância. [...] Espaço e tempo tornados abstratos esvaziam-se de sentido, produzindo uma nova identidade, a identidade abstrata como decorrência da perda de referenciais, do empobrecimento das relações sociais, como imposição do desenvolvimento do mundo da mercadoria definida pelos parâmetros da reprodução do capital. (CAR-

LOS, 2001:61)

Como estas transformações não atingem a metrópole como um todo, há hierarquizações dos lugares a partir de diferentes lógicas. A do capital elege aqueles melhor localizados e propícios para a sua reprodução. As coletividades e as comunidades que vivem a e na metrópole também elegem sua hierarquização, seguindo outras lógicas, construídas a partir de seus espaços de vida. Assim, lugares diferenciados e com características diversas são elencados, priorizados ou menosprezados.

Todavia, a fragmentação ocorre de maneira mais intensa a partir dos espaços de vida individuais e dos lugares e itinerários tomados como referência e hierarquizados pela diversidade de experiências e singularidades. A concorrência de lógicas e fatores nesta hierarquização é que irá gerar, em certo sentido, muitos dos conflitos e dos embates políticos que surgem no processo de planejamento e gestão da cidade.

A dificuldade que neste momento surge é, portanto, reflexo da dinâmica dos lugares e placelessness e das identidades que vivem nos e dos diferentes fragmentos da metrópole. No entanto, na metrópole contemporânea o movimento predominante é o de destruição do vínculo, através da padronização e do esvaziamento do tempo e do espaço, que gera, em consequência, a total ausência de compromisso. A raiz está no planejamento.

À imposição dos constrangimentos/normatizações aos usos do espaço da metrópole, associa-se seu planejamento autofágico criando o cenário propício à realização do estranhamento, como produto da contradição entre tempo (rápido) das transformações que o desenvolvimento do processo produtivo impõe à reprodução espacial e o tempo (lento) da vida que se realiza pelos diversos modos de apropriação da cidade, liquidando os desejos e tornando os cidadãos meros consumidores. (CARLOS, 2001:62)

Esta confrontação espaço-tempo no planejamento e a desconsideração da vida das pessoas e de sua relação com o espaço - através dos lugares e de seus espaços de vida - está na provável raiz do fracasso da maior parte das nossas práticas de planejamento e da absoluta ausência de uma maior e mais consistente participação pública nos processos de tomada de decisão em nossas cidades.

Tal problemática já foi levantada por Jane Jacobs, em seu clássico *The Death and Life of Great American Cities*, onde a autora faz uma forte crítica ao planejamento e ao pensamento urbanístico. Segundo ela, os urbanistas ficaram preocupados tempo demais com o como as cidades deveriam ser, e não se ocuparam em entender como as cidades são. Todas as experiências, boas e ruins, que se realizaram ao redor do mundo foram desperdiçadas, porque os planejadores não as analisaram, não se preocuparam em saber como as cidades funcionam. Dedicaram todo seu tempo a pensar como a cidade ideal deveria funcionar, e o que não se enquadrava em seus esquemas e modelos era imediatamente encarado como desvio, como equívoco e fadado ao fracasso. “É tolice planejar a aparência de uma cidade sem saber que tipo de ordem inata e funcional ela possui.” (JACOBS, 2003:14)

Em vista disso, Jacobs propôs-se a estudar como a cidade é, como funciona no que chama de “realidade”. Apesar dos problemas em sua posição metodológica, a crítica que ela inaugura e os desdobramentos decorrentes são extremamente relevantes para pensarmos na posição ainda vigente de nosso planejamento onipotente, controlador e rígido, que propõe antes de perguntar e que age “de cima para baixo”.

A Ciência tem falhado de forma generalizada em conseguir dialogar com a sociedade. O conhecimento e o pensamento sobre a cidade não conseguem penetrar no cotidiano e no espaço de vida das pessoas. Os lugares são células espaciais existenciais e identitárias que sobrevivem sem a Ciência e não conseguimos incorporar estas experiências às nossas práticas acadêmicas e de gestão.

Contudo, a Ciência ainda tem um papel fundamental a cumprir. Mas, para isso, precisamos de ferramentas analíticas que nos permitam compreender, antes de explicar, a realidade da metrópole e a vida das pessoas. Suas mobilidades, suas identidades e seus lugares no espaço metropolitano devem ser elementos primordiais de uma nova forma de planejamento que tencione não apenas gerir a cidade, mas, sobretudo, promover a participação, o envolvimento e a qualidade de vida das pessoas que nela vivem e trabalham.

É verdade que, atualmente, pensar em participação tornou-se quase um paradoxo, devido às dificuldades concernentes ao próprio sistema político e à democracia representativa que temos em nosso país. Além disso, a legitimidade, a autenticidade e a legalidade, conforme aponta SOUZA (2000) também se constituem em questões fundamentais que precisam ser pensadas em termos de uma efetiva participação. Por outro lado, a participação autêntica (Souza, 2002), não pode nem poderia ocorrer com nossas atuais instituições político-econômicas. Neste caso, como alcançar tal patamar? Será que a participação autêntica é um objetivo realizável? Ou as formas intermediárias já são avanços satisfatórios dos quais deveríamos nos orgulhar?

As metrópoles, embora imersas em acelerados processos de produção de *placelessness*, de crescimento de violência, de dispersão e desagregação do tecido socioespacial, ainda é o grande local de encontro, de sociabilidade, de proliferação de lugares e de topofilia. O ajuste do foco do planejamento urbano deve ser no sentido de incorporar à análise macro o olhar sobre as especificidades e os anseios dos lugares, para tentar recompor a imagem da própria cidade. É desta riqueza e desta pluralidade que pode surgir uma participação efetiva.

Para isso, não apenas as pessoas têm de redescobrir sua própria topofilia como o modelo de gestão tem que abrir passagem para a expressão destes lugares e, na confluência e embate destes, retomar o espaço público e o rumo do

planejamento. Há necessidade, portanto, de uma nova forma e uma nova escala de mobilização e debate político pautado nas identidades territoriais e na memória urbana.

Incorporar, de forma efetiva, a dimensão vivida às discussões sobre a cidade, é o horizonte que se abre para que a participação e o planejamento tornem-se um processo único e indissolúvel de gestão coletiva da cidade e de configuração da postura crítico-humanista do pensamento socioespacial urbano.

Referências

- ASCHER, François. (1998) – **Metapolis: acerca do futuro da cidade**. Oeiras: Celta. 240p.
- AUGÉ, Marc. (1994) – **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. (trad. Maria L. Pereira) Papirus: Campinas.
- BAUMAN, Zygmunt. (2003) – **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. (trad. Plínio Dentzien) Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 141p.
- BECK, Ulrich. (1992) – **Risk society: towards a new modernity**. (trad. Mark Ritter) London: Sage. 260p.
- _____. (1999) – **World risk society**. Cambridge: Polity Press; Malden: Blackwell Publishers. 184p.
- BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony e LASH, Scott. (1997) – **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. (trad. Magda Lopes) São Paulo: Ed. UNESP. 264p.
- BONNAMEISON, Jöel. (2002) – “Viagem em torno do território”. In: CORRÊA, Roberto L. e ROSENDHAL, Zeny (orgs.) **Geografia cultural: um século** (3). Rio de Janeiro: EdUERJ. p.83-131.
- BUTTIMER, Anne. (1974) – **Values in Ge-**

ography. Washington: Association of American Geographers Commission on College Geography Research Report, n.24.

_____. (1976) – “Grasping the dynamism of lifeworld”. **Annals of the Association of American Geographers**, v.66, n.2, p.266-276.

_____. (1980) – “Home, reach, and the sense of place”. In: BUTTIMER, Anne e SEAMON, David (eds.) **The human experience of space and place**. London: Croom Helm. p.166-187.

_____. (1992) – “Fénix, Fausto, Narciso: esperanzas y riesgos del humanismo en Geografía”. In: GARCIA BALLESTEROS, Aurora (ed.) **Geografía y humanismo**. Barcelona: Oikos-Tau. p.19-55.

CARLOS, Ana F. A. (2001) – “A metrópole polifônica-poliôrâmica”. In: SPOSITO, Maria E. B. (org.) **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: GASPERR. p.59-72.

CASEY, Edward. (1993) – **Getting back into place: toward a renewed understanding of the place-world (studies in continental thought)**. Indiana: Indiana University Press. 432p.

_____. (1997) – **The fate of place: a philosophical history**. Berkeley: University of California Press. 495p.

COURGEAU, Daniel. (1988) – **Méthodes de Mesure de la Mobilité Spatiale: Migrations internes, mobilité temporaire, navettes**. Paris: Éditions de L’Institut National d’Études Démographiques. 306p.

DALBY, Simon e MACKENZIE, Fiona. (1997) – “Reconceptualising local community: environment, identity and threat”. **Area**, v.29, n.2, p.99-108.

DARDEL, Eric. (1952) – **L’Homme et la Terre: nature de la réalité géographique**. Paris: PUF. 133p.

ENTRIKIN, J. Nicholas. (1991) – **The betweenness of places: towards a geography of modernity**. London: Macmillan.

FERREIRA, Luis F. (2002) – “Iluminando o lugar: três abordagens (Relph, Buttimer e Harvey)”. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v.22, n.1, p.43-72, jan./jun.

FERREIRA, Yoshiya N. e MARANDOLA JR., Eduardo. (2003) – “O sensível e a afetividade nas fronteiras do saber: sobre a imaterialidade dos fenômenos geográficos”. **Ciência & Tecnologia**, Rio Claro, v.3, n.1, p.129-174, set. [CD-ROM]

GIDDENS, Anthony. (1991) – **As conseqüências da modernidade**. (trad. Raul Fiker) São Paulo: Ed. UNESP. 177p.

_____. (2002) – **Modernidade e identidade**. (trad. Plínio Dentzien) Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 233p.

HARVEY, David. (1992) – **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança social**. (trad. Adail U. Sobral e Maria S. Gonçalves) São Paulo: Loyola. 349p.

_____. (1996) – **Justice, nature, and the Geography of difference**. Oxford: Blackwell.

HAWKING, Stephen W. (1988) – **Uma breve história do tempo: do Big Bang aos buracos negros**. (trad. Maria H. Torres) 2ed. Rio de Janeiro: Rocco. 262p.

HOLZER, Werther. (1997) – “Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente”. **Território**, Rio de Janeiro, ano II, n.3, jul./dez.

_____. (1999) – “O lugar na Geografia Humanista”. **Território**, Rio de Janeiro, ano IV, n.7, p.67-78, jul./dez.

_____. (2006) – “Sobre paisagens, lugares e não-lugares”. In: OLIVEIRA, Lívia de; et al. (orgs.) **Geografia, Percepção e Cognição do Meio Ambiente**. Londrina: Edições Humanidades. p.109-128.

Abordagem do lugar no planejamento urbano

- JACOBS, Jane. (1998) – **Morte e vida de grandes cidades**. (trad. Carlos S. M. Rosa) São Paulo: Martins Fontes, 2003. 510p.
- JARVIS, Helen; PRATT, Andy C. e CHENG-CHONG WU, Peter. (2001) – **The secret life of cities: the social reproduction of everyday life**. Harlow: Prentice Hall. 199p.
- LE BOSSÉ, Mathias. (2004) – “As questões de identidade em Geografia Cultural – algumas concepções contemporâneas”. In: CORRÊA, Roberto L. e ROSENDAHL, Zeny (orgs.) **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ. p.157-179.
- LEMON, James T. (1978) – “The urban community movement: moving toward public households”. In: LEY, David e SAMUELS, Marwyn S. (eds.) **Humanistic geography: prospects and problems**. Chicago: Maaroufa Press. p.319-337.
- MARANDOLA JR., Eduardo. (2005a) – “Vulnerabilidades e riscos na metrópole: a perspectiva da experiência”. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL – ANPUR, 14, 2005, Salvador. Anais. Salvador: Anpur. [CD-ROM].
- _____. (2005b) – “Da metrópole à metápole? Elementos para pensar a(s) geografia(s) da mobilidade, do planejamento e da política urbana contemporâneas”. **Textos Didáticos**, Campinas, n.56, p.21-39, out.
- _____. (2007) – “Espaço de vida e mobilidade nas metrópoles”. In: OLIVEIRA, José A. (org.) **Cidades brasileiras**. Manaus: Ed. UFAM. [no prelo]
- MASSEY, Doreen. (2005) – *For space*. London: Sage. 233p.
- MELLO, Leonardo F. de. (2003) – **Orçamento participativo e Agenda 21: uma proposta ambiental estratégica para Campinas, SP**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Faculdade de Engenharia Civil, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- MELLO, Leonardo F. de; et al. (2004) – “A busca do lugar: mobilidade e riscos no espaço metropolitano de Campinas”. In: SEMINÁRIO SOBRE QUESTÃO AMBIENTAL URBANA: EXPERIÊNCIAS E PERSPECTIVAS, 1, 2004, Brasília. Anais. Brasília: Neur/UnB. [CD-ROM]
- MELO, Ismail B. N. de e OLIVEIRA, Livia de. (2004) – “Espaço municipal: governo e orçamento participativo”. In: GERARDI, Lucia H. de O. e LOMBARDO, Magda A. (orgs.) **Sociedade e natureza na visão da Geografia**. Rio Claro: Programa de Pós-Graduação em Geografia; Associação de Geografia Teórica. p.61-76.
- MORIN, Edgar. (2002) – **Ciência com consciência**. 6ed. (trad. Maria D. Alexandra e Maria A. S. Dória) Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 350p.
- PRIGOGINE, Ilya. (1996) – **O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza**. (trad. Roberto L. Ferreira) São Paulo: Ed. UNESP. 199p.
- RELPH, Edward. (1976) – **Place and placelessness**. London: Pion, 1976. 156p.
- _____. (1996) – “Place”. In: DOUGLAS, I.; HUGETT, R. e ROBINSON, M. (eds.) *Companion encyclopedia of geography. The environment and humankind*. Londres: Routledge. p.906-922.
- SANTOS, Boaventura de S. (1998) – “Introdução a uma ciência pós-moderna”. 5ed. Porto: Afrontamento, 1998. 199p.
- SEAMON, David. (1980) – “Afterword: community, place, and environment”. In: BUTTIMER, Anne e SEAMON, David (eds.) **The human experience of space and place**. London: Croom Helm, 1980. p.188-196.
- SOJA, Edward W. (1993) – **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. (trad. Vera Ribeiro) Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 324p.

_____. (1996) – **Thirdspace: Journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places**. Oxford: Blackwell. 334p.

SOUZA, Marcelo L. de. (2000) – “Os orçamentos participativos e sua espacialidade: uma agenda de pesquisa”. **Terra Livre**, São Paulo, n.15, p.39-58.

_____. (2002) – **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 556p.

THOMAS, Huw; STIRLING, Tamsin; BROWNILL, Sue e RAZZAQUE, Konnie. (1996) – “Locality, urban governance and contested meanings of place”. **Area**, v.28, n.2, p.186-198.

TUAN, Yi-Fu. (1961) – “Topophilia or, Sudden Encounter with Landscape”. **Landscape**, v. 11, n. 1, p.29-32.

_____. (1974) – **Topophilia: a study of environmental perception, attitudes, and values**. New Jersey: Prentice-Hall.

_____. (1975) – “Place: an experiential perspective”. **The Geographical Review**, New York, American Geographical Society, v.65, n.2, p.151-165, apr.

_____. (1977) – **Space and place: the perspective of experience**. Minneapolis: University of Minneapolis Press. 235p.

_____. (1982) – **Segmented worlds and self: group life and individual consciousness**. Minneapolis: University of Minnesota Press.

_____. (1998) – **Escapism**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press. 245p.

YORY, Carlos M. (2001) – “La topofilia: una estrategia innovadora de desarrollo sustentable para las grandes metrópolis latinoamericanas en el contexto de la globalización”. **Anales de Geografía de la Universidad Complutense**, n.21, p.119-136.

Resumo

Os processos de planejamento, gestão e participação vêm recebendo contínuo interesse nos debates sociais, especialmente nos ligados a uma herança crítica. Nesta tradição, o postulado ético é o da justiça social e, no caso da vida urbana, o direito à cidade (cidadania). Na esteira dos questionamentos do nascedouro século XXI, poderiam os estudos e preocupações humanistas e geográficas (de natureza espacial) fornecer novos enfoques para esta discussão? Procuramos discutir a importância do lugar para responder afirmativamente a esta questão. O argumento procura ir além das relações políticas e econômicas, em direção a uma abordagem humanista, no sentido de incorporar a identidade e os sentimentos das pessoas na relação homem-meio (lugar), dando nova dimensão ao planejamento e à participação, buscando acompanhar as repercussões destes fenômenos na vida metropolitana atual.

Palavras-chave: lugar, espaço, participação, planejamento, metrópole

Abstract

The planning, administration and participation processes have been receiving an increasing interest into the social debates, especially in those ones connected to a more critical heritage. In this tradition, the ethic postulate relates with social justice, and in the specific case of the urban life, with the right to the city (citizenship). Among all questions brought by the new century, could humanists and geographical studies and concerns (of spatial nature) add new perspectives to this discussion? The importance of the place to answer affirmatively this question is discussed in this paper. The argument forward political and economics relationships, toward a humanist approach, incorporating identities and feelings in the man-environment relation (place), projecting a new dimension to the understanding of planning and participation, following the repercussions of the phenomena in the contemporary metropolitan.

Key-words: place, space, participation, planning, metropolis

Abordagem do lugar no planejamento urbano

